

## ÍNDICE

NOTA PRÉVIA – 5ª EDIÇÃO	5
CAPÍTULO I	
INTRODUÇÃO	11
1. A “ciência total do direito penal” e o direito processual penal	11
1.1. O direito processual penal, o direito penal e o direito penal executivo	11
1.2. O direito processual penal, a criminologia e a política criminal	15
2. As finalidades do processo penal	18
3. A conformação jurídico-constitucional do processo penal português	21
4. A estrutura do processo penal português	24
4.1. O Código de Processo Penal de 1929	25
4.2. O Código de Processo Penal de 1987 – processo penal de estrutura acusatória integrado por um princípio de investigação	26
CAPÍTULO II	
O DIREITO PROCESSUAL PENAL E A SUA APLICAÇÃO	29
1. A interpretação e a integração da lei processual penal	29
2. A aplicação da lei processual penal no espaço	30
3. A aplicação da lei processual penal quanto às pessoas	31
4. A aplicação da lei processual penal no tempo	32
CAPÍTULO III	
PARTICIPANTES E SUJEITOS PROCESSUAIS	35
1. Tribunal (juiz)	36
2. Ministério público	41
3. Arguido e suspeito	46
3.1. Pessoa singular arguida	47
3.2. Pessoa coletiva arguida	58

4. Defensor	63
5. Assistente e ofendido	66
6. Partes civis	73
7. Órgãos de polícia criminal	75

#### CAPÍTULO IV

##### A TRAMITAÇÃO DO PROCESSO PENAL COMUM

- A FASE DE INQUÉRITO	79
1. Princípios gerais da promoção processual	79
1.1. Princípio da oficialidade	80
1.2. Princípio da legalidade	85
1.3. Princípio da acusação	92
2. Princípios gerais da prossecução processual	94
2.1. Princípio do contraditório	94
2.2. Princípio da suficiência	96
3. A fase de inquérito	98
3.1. Abertura	98
3.2. Finalidade, direção e atos do ministério público	100
3.3. Encerramento	111
3.3.1. <i>Despacho de arquivamento</i>	113
3.3.2. <i>Despacho de acusação</i>	114
3.3.3. <i>Alternativas ao despacho de acusação</i>	116
3.3.4. <i>Controlo da decisão de arquivar ou de acusar</i>	121

#### CAPÍTULO V

##### A TRAMITAÇÃO DO PROCESSO PENAL COMUM

- A FASE DE INSTRUÇÃO	123
1. Abertura	123
2. Finalidade	126
3. Direção e conteúdo	129
4. Encerramento	131
5. Irrecorribilidade	133

#### CAPÍTULO VI

##### MEIOS PROCESSUAIS

1. Meios processuais	137
2. Meios de obtenção da prova e meios de prova	138
2.1. Meios de obtenção da prova	139

2.2. Meios de prova	150
3. Medidas cautelares e de polícia	159
4. Detenção	162
5. Medidas de coação	165
5.1. Princípios de aplicação	166
5.2. Condições de aplicação	174
5.3. Modos de impugnação. O recurso e a providência de <i>habeas corpus</i>	180
6. Medidas de garantia patrimonial	183

## CAPÍTULO VII

### A TRAMITAÇÃO DO PROCESSO PENAL COMUM

– A FASE DE JULGAMENTO	191
1. Tribunal competente para o julgamento	191
2. Atos preliminares	195
3. Princípios gerais	197
3.1. Princípio da investigação	197
3.2. Princípio da legalidade da prova	198
3.3. Princípio da livre apreciação da prova	201
3.4. Princípio <i>in dubio pro reo</i>	205
3.5. Princípio da publicidade	207
3.7. Princípios da oralidade e da imediação	211
3.8. Princípio da concentração	215
4. Alteração dos factos e alteração da qualificação jurídica	218
5. A presença do arguido na audiência de julgamento	224
6. A sentença	229

## CAPÍTULO VIII

IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES – RECLAMAÇÃO E RECURSO	233
1. Impugnação das decisões – reclamação e recurso	233
2. Recursos ordinários	234
2.1. Princípios	235
2.2. Poderes de cognição	246
3. Recursos extraordinários	249

BIBLIOGRAFIA	253
--------------	-----